



**Universidade Federal do Amapá
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Disciplina: Filosofia da Educação II
Educador: João Nascimento Borges Filho**

Outras Concepções: Moacir Gadotti & Carlos Rodrigues Brandão

Concebe Gadotti que a consciência filosófica em O Capital, está, de certa maneira, superada pela consciência de classe, ou seja, o que dá força e eficácia à análise de Marx das leis da formação e de desenvolvimento das forças produtivas para a classe trabalhadora não é o rigor metodológico, mas a sua posição de classe. Em Marx a teoria tem o papel crítico e revolucionário.

Gadotti afirma reiteradamente que a consciência de classe para a classe trabalhadora não é uma consciência ético-moral, como a burguesia e setores da igreja vêm defendendo, exigindo-se que ela renuncie à felicidade em nome da pátria, que se resigne mais uma vez em nome do bem do país prega-se a austeridade e a renúncia.

“A consciência de classe nada tem a ver com a ética e a moral. O que é ético e moral para uma classe não o será necessariamente para outra: tudo que é imoral para os interesses da burguesia é imoral para a classe trabalhadora e vice-versa” (Gadotti, 1986).

Compreende Gadotti que a educação, em fazendo parte da sociedade, cria nesta o espaço político através do qual se travam as lutas pedagógicas. Há, por assim dizer, uma unidade entre as lutas sociais e as lutas pedagógicas.

A propósito, Gadotti posiciona-se dizendo que o pensamento de Paulo Freire não é um pensamento sistemático, unitário. Como todo pensamento que fala da vida, da realidade, é um pensamento complexo, contraditório, “em movimento”, em formação. E que, reinventar a educação brasileira parece ser o grande desafio do educador brasileiro hoje.

No entender de Gadotti, o diálogo definido por Paulo Freire não é o diálogo romântico entre oprimidos, que se dá pela organização, pela luta



comum contra opressor, portanto pelo confronto. Defende, Gadotti, a “pedagogia do conflito”, que não escamoteie a divergência, que manifeste e enfrente as posturas contraditórias.

Afirma Gadotti que o tema do diálogo e do conflito na educação está ligado ao caminho que percorreu na “prática de sua educação”, de uma educação de filosofia, isto porque essa revisão crítica do papel do pedagogo não se operou, nele, apenas no mundo das idéias dos conceitos, mas na prática e na reflexão sobre essa prática educativa.

Segundo Venício Artur de Lima, o homem possui uma “consciência histórica” que se manifestara no momento em que este iniciou por olhar criticamente para seu mundo e se tornou consciente de que a história desdobra-se num espaço de tempo empírico em que a essência é dada pela ação do homem sob a forma de iniciativa histórica, isto é, da ação transformadora do mundo.

Tratando-se, especificamente, da classe trabalhadora, compreende Gadotti que para que esta venha assumir a “direção” e a “hegemonia” esta necessita municiar-se da maturidade, competência e consciência de classe, capaz de suprimir qualquer dominação de classe. Isso não se dá sem que haja uma profunda formação política, social, econômica e cultural da classe trabalhadora, sem a apropriação de métodos, técnicas e conhecimentos, atualmente restritos à classe economicamente dominante.

Por conseguinte, compreende-se que o papel desenvolvido pela escola revolucionária, numa sociedade de classes é essencialmente a de elaboração das condições à hegemonia da classe trabalhadora. Uma outra visão que reafirma a defesa de Gadotti é definida por Venício de Artur de Lima que afirma que “(...) a educação é um processo permanente de reflexão e ação entre os oprimidos que se identifica com a própria revolução. Sem esta educação, tal como definida por Freire, não há revolução, e sim o domínio de novos senhores” (1984:155).

Em se tratando de conhecimento científico, afirma Gadotti que “o saber tem um preço. O conhecimento novo é resultado de lento, rigoroso e cansativo esforço de busca, que pressupõe não só a vontade decidida de ir até o fim do processo, mas, igualmente, de volta a retomar os passos que já foram dados.



Nisso, Piaget foi exemplar com sua própria prática nos ensinava o rigor e a disciplina científica (1986:06)

Para Gadotti, a título de aprofundamento do conhecimento científico, a rigor, são sectários, os intransigentes, os que reproduzem o pensamento, enquanto que os discípulos verdadeiros são aqueles que aprenderem do mestre as lições para poder ultrapassá-lo. Conclui afirmado que, objetivamente quem não consegue apaixonar-se não deverá meter-se à pesquisar.

Chama à atenção igualmente para o fato de que a pesquisa, fundamentalmente na área das Ciências Humanas e da Filosofia, nem sequer é mencionada nos planos Governamentais. A real pesquisa que é “incentivada” não se baseia em critérios de real relevância social. Houve, certamente, nos últimos anos, um aumento significativo de cientistas e técnicos, contudo a finalidade desse incentivo sempre foi a de provocar o aumento da produtividade de empresa capitalista e jamais diminuir o grau de exploração do trabalhador. A ciência e a tecnologia visam, por assim dizer, aprimorar as forças produtivas. A preocupação maior é projetar o Brasil no plano internacional, não é com o bem-estar dos trabalhadores brasileiros.

No livro *Educação e Compromisso*, Gadotti afirma que “quando a fundação Rockefeller encomenda uma pesquisa sobre a situação da classe operária na América Latina, não é porque os grupos econômicos, ligados a essa Fundação, desejam melhorar as condições de trabalho do trabalhador latino- americano. Pelo contrário, desejam apoderar-se de certas informações que tornem a exploração do trabalho ainda mais eficiente. A esses grupos interessa apenas coleta de dados, informações sobre os recursos humanos como são chamados os trabalhadores na teoria do capital humano” (1984).

Concebe que o ato de fazer ciência não é um ato neutro, é um ato político, vinculado à direção que queremos dar à sociedade. Por isso, nenhuma pesquisa é neutra. A validade de uma pesquisa é menos relacionada ao rigor de sua metodologia do que à sua relevância social. Ratifica os estudos realizados por Jean Piaget, afirmando que todo seu conhecimento pode ser transmitido em linguagem simples. Se alguém não consegue fazê-lo é basicamente porque ainda não o aprendeu para que se possa vir a ensinar.

Acredita, por conseguinte, que uma política democrática de educação necessária, só poderá ser o oposto da política governamental. Até porque a



educação e a cultura não podem constituir-se num privilégio de classe, mas sim de um direito fundamental de todos. Daí entender que, no Brasil, a reformulação dessa política global alternativa não significa priorizar este ou aquele nível de ensino, como se o sistema educacional fosse um aglomerado de estruturas desarticuladas: significa simplesmente dar prioridade à educação e à cultura.

Em se tratando de ensino médio, e em nível superior, poder-se-ia dizer que, hodiernamente, a política de ensino pago condena a escola pública ao desaparecimento. Dessa forma, ficam cada vez mais reduzidas as já minúsculas esperanças de uma formação universitária para a classe trabalhadora.

Finaliza afirmando que o objetivo último da política democrática de educação é gerar a sua própria utopia pedagógica, seus projetos e planos, um projeto educacional novo, em função do qual terá de haver investimentos de mais recursos para que a educação tenha real sentido.

Nelson Piletti compreende que, por muito tempo, o saber escolar manteve privilégios de uma minoria – a burguesia e o clero, durante a Idade Média; a burguesia, a partir da Idade Moderna. Entretanto, foi somente com o advento da Revolução Francesa que cresceram as pressões populares exigindo escola pública e gratuita para todos.

As classes populares perceberam que, baseando-se o conhecimento e o poder na capacidade de ler, escrever e contar, só poderiam participar do conhecimento e do poder, na medida em que dominassem essa capacidade. Isto só seria possível através da conquista da escola pública e gratuita para as classes populares e em todos os níveis do conhecimento.

A propósito da explicitação da diferenciação entre o saber erudito e o saber popular. Carlos Rodrigues Brandão em seu livro *Educação Popular*, afirma, que “a produção de um saber popular se dá, pois, em direção oposta àquela que muitos imaginam ser verdadeira. Não existiu primeiro um saber científico, tecnológico, artístico ou religioso sábio ou erudito que, levado a escravos, servos, camponeses e pequenos artesãos, tornou-se, empobrecido, de um “saber do povo”. Houve primeiro um saber de todos que, separado e interdito, tornou-se sábio e erudito, o saber legítimo que pronuncia a verdade e



que, por oposição, estabelece como “popular” o saber de consenso de onde se originou” (1984).

Carlos Rodrigues Brandão defende que a teoria e a prática de Educação Popular se consubstanciaram de maneira ainda mais precisa nas idéias de Paulo Freire, “... de uma maneira proposta simples de um método de alfabetização, o que Paulo Freire introduziu nos trabalhos de educação foi mais do que na Educação de Base do MEB, uma transformação radical não só do trabalho pedagógico do educador (uma nova pedagogia), mas do sentido e do uso político de educação, mas do sentido e do uso político a educação (uma nova práxis de compromisso popular através da educação” (1990).

Por assim dizer, concebe-se que, nos vários Movimentos de Cultura Popular dos anos 60, a idéia comum era de um trabalho pedagógico acerca de cultura popular através de uma Prática Política de Cultura Popular. Esta prática, por conseguinte, tomava, no concreto, o caminho de um trabalho mais artístico (teatro popular, cinema para o povo, praças de cultura, etc) como no caso do Centro de Cultura Popular, da UNE, e de alguns Movimentos de Cultura Popular. Ou ainda do trabalho mais diretamente escolar, como no caso do Movimento de Educação de Base, da campanha de Pé no Chão também se aprende a ler e algumas outras ações desse porte.

P.S.: O texto servirá como elemento reflexivo para os acadêmicos do Curso de Pedagogia da UNIFAP, na matéria Filosofia da Educação, ministrada pelo Sociólogo e Psicopedagogo João Nascimento Borges Filho, Docente efetivo desta IFES.



Prof. Borges

